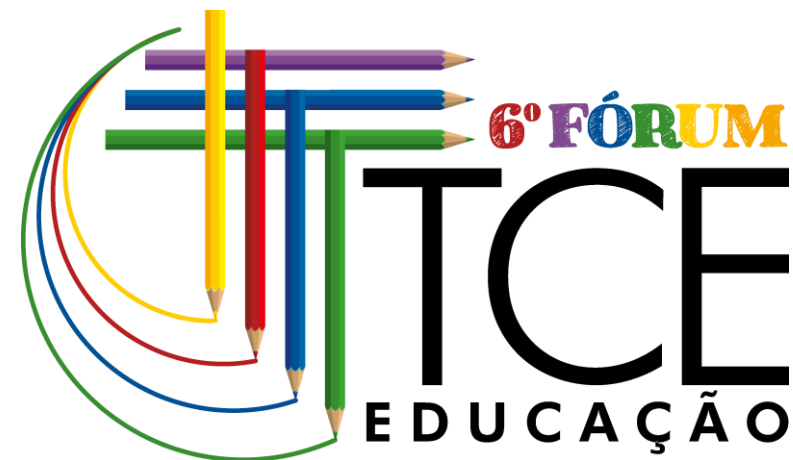


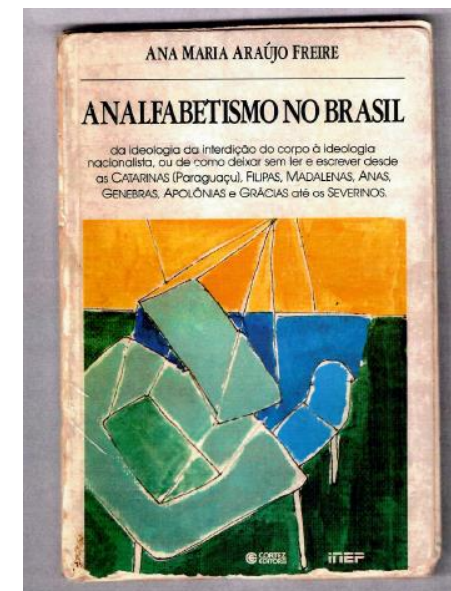
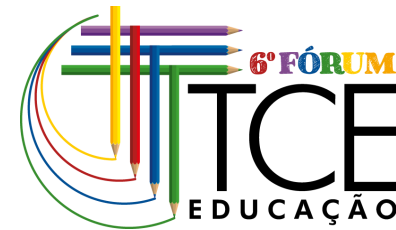
**Secretaria de Articulação
Intersetorial e com os Sistemas
de Ensino – SASE/MEC**
Maurício Holanda Maia
Secretário



**Caminhos e estratégias para a boa gestão da
educação e proteção à primeira infância**

Restrições

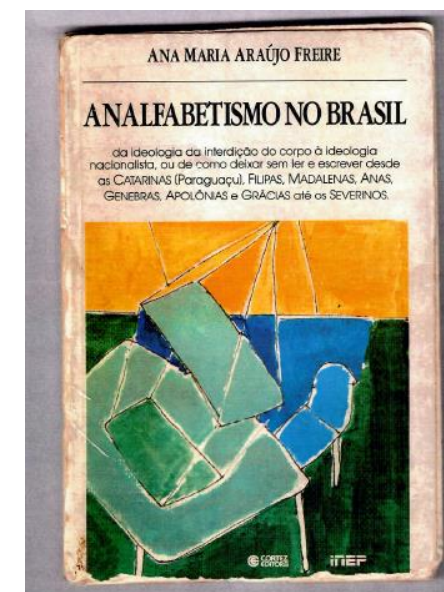
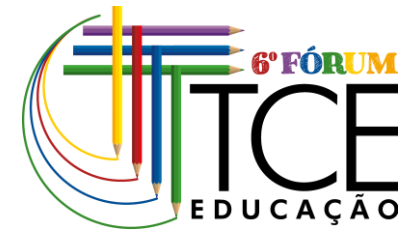
Repercussões, entre outras, advindas das proibições necessárias ao Pacto Colonial. Cito algumas delas:⁴ Carta Régia de 1 de março de 1590, proibindo a plantação e cultura de vinhas; Alvará de 15 de agosto de 1603, obrigando os vassallos a abandonarem as minas descobertas; Alvará de 29 de setembro de 1649 e 21 de fevereiro de 1667, mandando cumprir a provisão de 21 de fevereiro de 1647, que proibia o fabrico de “vinho de mel”; Intimação de 19 junho de 1578, feita à Câmara de São Vicente, proibindo que o ferreiro Bartholomeu Fernandes, único no lugar, ensinasse seu ofício aos da terra; Lei de 18 de março de 1606, que estabelecia o isolamento do país ao contato com toda e qualquer nação do mundo que não fosse Portugal; Alvará



Restrições

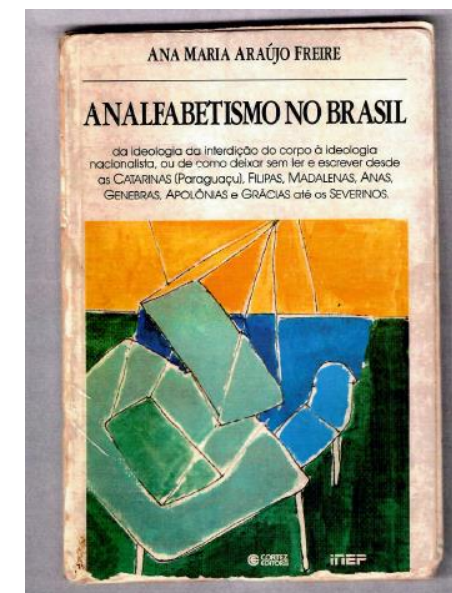
de 12 de maio de 1680, obrigando os sapateiros a só trabalharem em couros que viessem preparados de Portugal; Carta Régia de 2 de setembro de 1684, proibindo que houvesse mais de dois ourives no Maranhão e quatro no Pará, sendo que os mesmos só poderiam ser encarregados do conserto da ourivesaria das igrejas; Alvará de 27 de novembro de 1687, proibindo que os navios saídos do Brasil tocassem em qualquer porto estrangeiro; Lei de 20 de fevereiro de 1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse o vindo de Portugal (as salinas brasileiras já eram conhecidas); Provisão Régia de 3 de setembro de 1695, proibindo o uso de aguardente do país; Alvará de 26 de junho de 1702, proibindo a cultura do arroz; Carta Régia de

de 19 de junho de 1771, proibindo o fabrico de açúcar no Maranhão; Bando do Governador de Minas de 4 de julho de 1775, mandando acabar com as fábricas de chapéus e algodões em Minas Gerais; Alvará de 3 de janeiro de 1785, proibindo a venda de qualquer espécie de navio para o Brasil; Aviso Régio de 5 de janeiro de 1785, mandando acabar com todas as fábricas de manufatura no Brasil; e Ordem Régia de 5 de junho de 1802, proibindo que os governadores recebessem, no Brasil, em audiência, pessoas que vestissem roupas com tecidos que não fossem importados de Portugal.



Discriminações e ameaças

Outras proibições, não diretamente ligadas à área econômica, mas, evidentemente, com repercussões nela, foram: Carta Régia de 28 de fevereiro de 1707, proibindo a entrada de estrangeiros residentes no Rio de Janeiro e expulsando os lá residentes; Bando de 19 de outubro de 1710, do governador Francisco de Castro Morais ameaçando de degredo por dois anos e pesadas multas aos que ousassem escrever sobre ocorrências de seu governo; Alvará de 20 de março de 1720, proibindo letras impressas no Brasil; Aviso Régio de 27 de janeiro de 1726, estabelecendo restrições aos mestiços que não podiam ocupar cargos públicos ou casar com brancos; Carta Régia de 26 de abril de 1730, proibindo correio por terra no Brasil; Alvará de 16 de dezembro de 1794, proibindo o despacho de livros e papéis para o Brasil; e Aviso de 18 de junho de 1800 ao capitão-general de Minas, repreendendo a Câmara de Tamanduás por ter instituído uma aula de primeiras letras.



Projeto Constituinte 1824 (Profissões de Fé)

28. Neste projeto da Constituinte, que não se consumou, o Art. 250, Título 13, pretendia que houvesse escolas primárias em cada termo (subdivisão de comarca), ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados lugares. Haveria leis e regulamentos para determinar o número e constituição destes estabelecimentos úteis para a sociedade e que "era livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que respondesse pelos abusos" (Art. 251 e 252), in Primitivo Moacir. *Op. cit.*, p. 79.

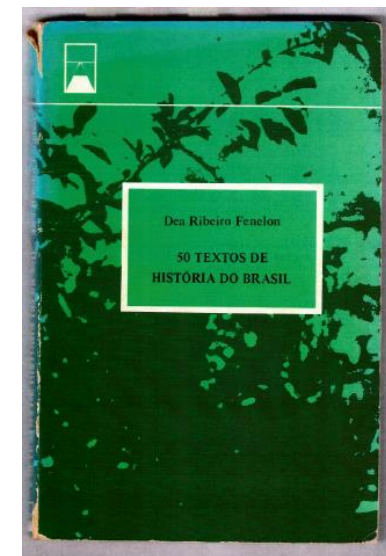


posições Gerais, e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros — (...) Art. 179 — A Inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: (...) XXXII — A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. XXXIII — Colégios e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Artes, e Artes”.²⁹

Como se tratava um escravo

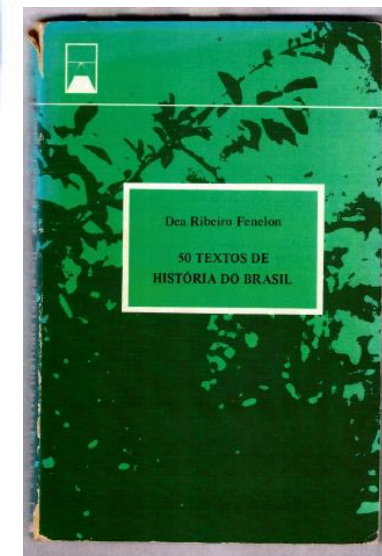
19. *Como se há de haver o senhor de engenho com seus escravos*

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar



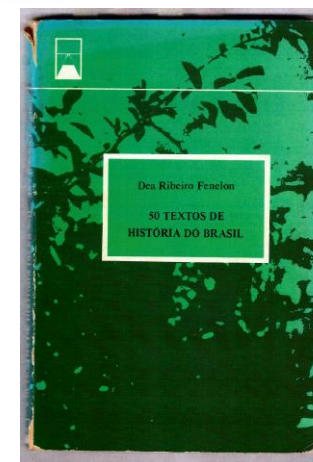
Como se tratava um escravo

trabalham, se quer que possam aturar. No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.



Como se tratava um escravo

Castigar inocentes, e se não de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos ca-



Tab. VI

Participação eleitoral nas eleições presidenciais no Brasil

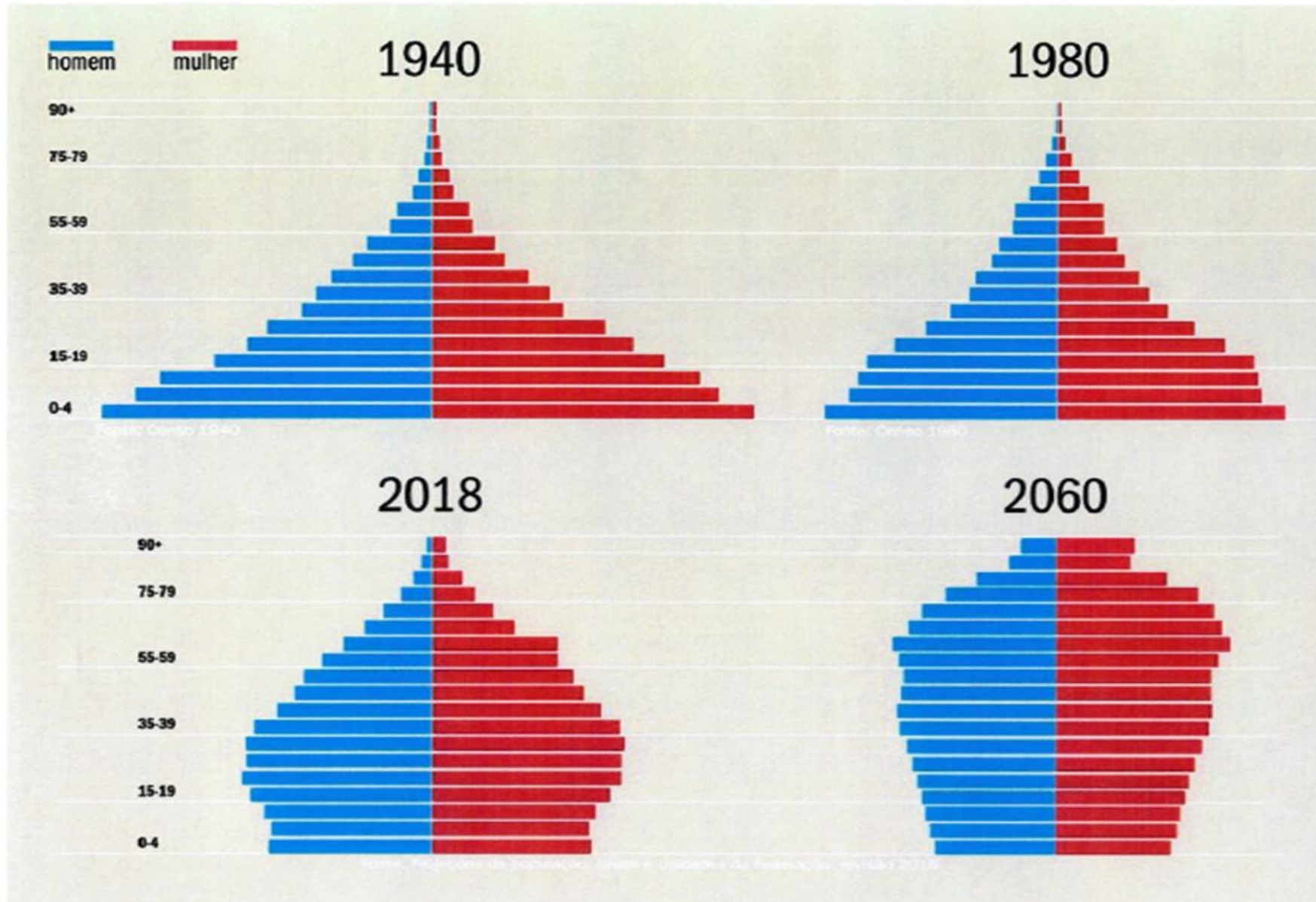
Data da eleição	Nome do Presidente Eleito	Número de votos dados	Votos obtidos pelo candidato vitorioso	Número estimado da população no ano das eleições		(1)	(2)
1. 3.1894	Prudente J. de Moraes	345 097	276 583	1.7.1894	15 583 000	2,21	84,29
1. 3.1898	Manoel F. Campos Sales	462 188	420 286	1.7.1898	17 145 000	2,70	90,93
1. 3.1902	F. de P. Rodrigues Alves	645 531	592 039	1.7.1902	18 782 000	3,44	91,71
1. 3.1906	Afonso A. M. Pena	294 401	288 285	1.7.1906	20 427 000	1,44	97,92
1. 3.1910	Hermes R. da Fonseca	707 651	403 867	1.7.1910	22 216 000	3,19	57,07
1. 3.1914	Venceslau Brás	580 917	532 107	1.7.1914	24 161 000	2,40	91,59
1. 3.1918	E. Rodrigues Alves	390 131	386 467	1.7.1918	26 277 000	1,48	99,06
3. 6.1919	Epitácio da S. Pessoa	403 315	286 373	1.7.1919	26 835 000	1,50	71,00
1. 3.1922	Artur da S. Bernardes	833 270	466 877	1.7.1922	28 542 000	2,92	56,03
1. 3.1926	Washington Luiz	702 612	688 528	1.7.1926	30 953 000	2,27	97,99
1. 3.1930	Júlio Prestes	1 890 524	1 091 709	1.7.1930	33 568 000	5,65	57,74
2.12.1945	Eurico Gaspar Dutra	6 200 805	3 251 107	1.7.1945	46 215 000	13,42	52,44
3.10.1950	Getúlio Vargas	8 254 989	3 894 040	1.7.1950	51 976 000	15,88	46,63
3.10.1955	Juscelino Kubitschek	9 097 014	3 077 411	1.7.1955	58 456 000	15,56	33,83
3.10.1960	Jânio da Silva Quadros	12 586 354	5 636 623	1.7.1960	65 743 000	19,14	44,78

Fontes: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1971, p. 814 e Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, sem lugar e ano.

(1) % de votos dados em relação à população global.

(2) % de votos do candidato vitorioso em relação ao número de votos dados

N.B.: No ano de 1970 o número de eleitores elevou-se a 28 966 114, o que constitui cerca de 1/3 da população global (cf. *Anuário*, 1971, 817).



Brasil - Evolução da População Total, de 0 a 24 anos e da Matrícula Total – 1991-2004

Ano	População Total (A)	Pop. 0-24 anos (A1)	% (A1/A)	Matrícula total (B)	% (B/A)	% (B/A1)
1991 ³⁰	146.690.413	79.833.089	54,4	39.825.372	27,1	49,9
1996	158.760.940	82.417.852	51,9	49.406.535	31,1	59,9
2000	169.799.170	84.347.452	49,7	56.328.731	33,2	66,8
2004 ³¹	178.888.027	85.008.129	47,0	59.420.631	33,2	69,9
Var. (%) 91-96	<i>8,2</i>	<i>3,2</i>		<i>24,1</i>		
Var. (%) 96-00	<i>7,0</i>	<i>2,3</i>		<i>14,0</i>		
Var. (%) 00-04	<i>5,4</i>	<i>0,8</i>		<i>4,9</i>		
Var. (%) 91-04	<i>21,9</i>	<i>6,5</i>		<i>49,2</i>		

Brasil – Evolução da População Total, de 07 a 14 anos, e da Matrícula do Ensino Fundamental Regular – 1991-2004

<i>Ano</i>	<i>População total (A)</i>	<i>Pop. 7-14 anos (A1)</i>	<i>% (A1/A)</i>	<i>Matrícula total (B)</i>	<i>% (B/A1)</i>
1991 ³⁵	146.690.413	27.001.743	18,4	29.203.724	108,2
1996	158.760.940	27.284.940	17,2	33.131.270	121,4
2000	169.799.170	27.348.357	16,1	35.717.948	130,6
2004	178.888.027	26.347.082	14,7	34.012.434	129,1
Variação (%) 91-96	8,2	1,0		13,4	
Variação (%) 96-00	7,0	0,2		7,8	
Variação (%) 00-04	5,4	-3,7		-4,8	
Variação (%) 91-00	15,8	1,3		22,3	
Variação (%) 91-04	21,9	-2,4		16,5	

V - Brasil – Educação Infantil - Distribuição da Matrícula entre as Redes de Ensino – 1991 -1996-2000-2004

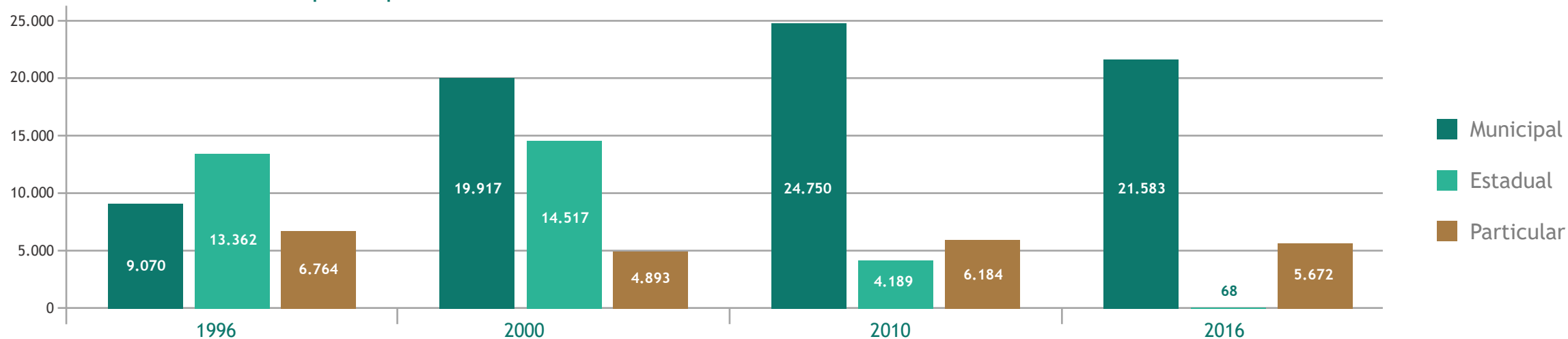
1991					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Pré-Escola	3.628.285	1.711.032	872.730	15.058	1.029.465
Classe de Alfabetização	1.655.609	1.031.817	337.207	2.182	284.403
Educação Infantil	5.283.894	2.742.849	1.209.937	17.240	1.313.868
Distribuição (%)	100,0	51,9	22,9	0,3	24,9
1996					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Pré-Escola	4.270.376	2.489.225	759.187	2.477	1.019.487
Classe de Alfabetização	1.443.927	957.500	238.536	3.777	244.114
Educação Infantil	5.714.303	3.446.725	997.723	6.254	1.263.601
Distribuição (%)	100,0	60,3	17,5	0,1	22,1
2000					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Creche ³⁹	916.864	565.370	16.373	495	334.626
Pré-escola	4.421.332	2.995.244	335.682	1.247	1.089.159
Classe de Alfabetização	674.044	401.666	24.594	1.177	246.607
Educação Infantil	6.012.240	3.962.280	376.649	2.919	1.670.392
Distribuição (%)	100,0	65,9	6,3	0,0	27,8
2004					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Creche	1.348.237	828.352	14.993	721	504.171
Pré-Escola	5.555.525	3.792.629	277.613	1.637	1.483.646
Educação Infantil	6.903.762	4.620.981	292.606	2.358	1.987.817
Distribuição (%)	100,0	66,9	4,2	0,0	28,8
Variação Abs. 91-96	430.409	703.876	-212.214	-10.986	-50.267
<i>Variação Percent. 91-96</i>	<i>8,1</i>	<i>25,7</i>	<i>-17,5</i>	<i>-63,7</i>	<i>-3,8</i>
Variação Abs. 96-00	297.937	515.555	-621.074	-3.335	406.791
<i>Variação Percent. 96-00</i>	<i>5,2</i>	<i>15,0</i>	<i>-62,2</i>	<i>-53,3</i>	<i>32,2</i>
Variação Abs. 00-04	891.522	658.701	-84.043	-561	317.425
<i>Variação Percent. 00-04</i>	<i>14,8</i>	<i>16,6</i>	<i>-22,3</i>	<i>-19,2</i>	<i>19,0</i>
Variação Abs. - 96-04	1.189.459	1.174.256	-705.117	-3.896	724.216
<i>Variação Percent., 91-04</i>	<i>20,6</i>	<i>34,1</i>	<i>-70,7</i>	<i>-62,3</i>	<i>57,3</i>
Variação Abs. - 91-04	1.619.868	1.878.132	-917.331	-14.882	673.949
<i>Variação Percent. 91-04</i>	<i>30,7</i>	<i>68,5</i>	<i>-75,8</i>	<i>-86,3</i>	<i>51,3</i>

XI - Brasil – Ensino Fundamental Regular - Evolução da Distribuição da Matrícula entre as Redes de Ensino – 1991-1996-2000-2004

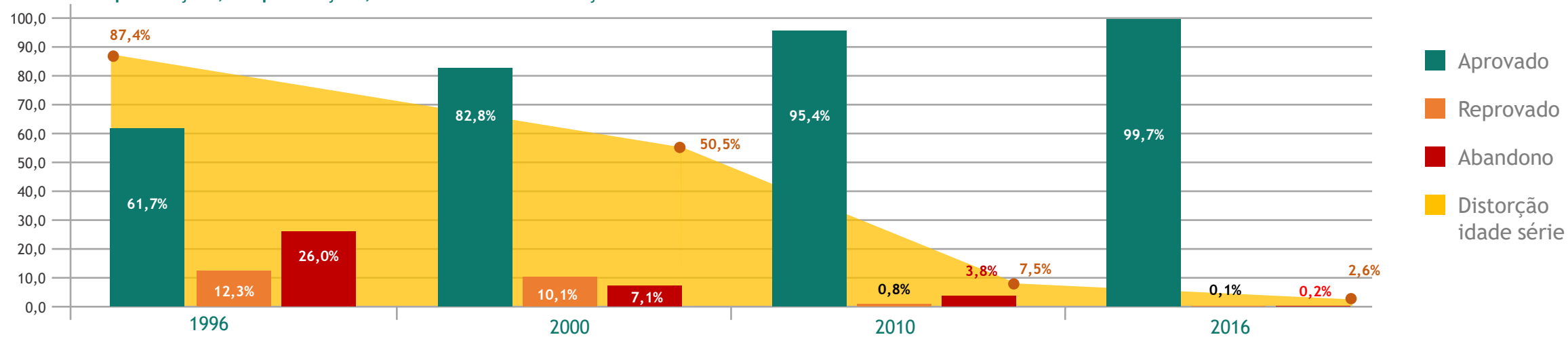
1991					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Ensino Fundamental 1ª a 4ª	18.293.176	7.346.726	8.820.383	58.881	2.067.186
Ensino Fundamental 5ª a 8ª	9.820.003	1.391.616	6.845.407	34.856	1.548.124
Ensino Fundamental NS ⁴⁰	1.090.545	35.018	1.051.026	1.799	2.702
Ensino Fundamental	29.203.724	8.773.360	16.716.816	95.536	3.618.012
Distribuição (%)	100,0	30,0	57,2	0,3	12,4
1996					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Ensino Fundamental 1ª a 4ª	20.027.240	8.584.497	9.442.059	13.032	1.987.652
Ensino Fundamental 5ª a 8ª	13.104.030	2.336.540	9.026.713	20.532	1.720.245
Ensino Fundamental	33.131.270	10.921.037	18.468.772	33.564	3.707.897
Distribuição (%)	100,0	33,0	55,7	0,1	11,2
2000					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Ensino Fundamental 1ª a 4ª	20.211.506	12.472.314	6.072.882	7.800	1.658.510
Ensino Fundamental 5ª a 8ª	15.506.442	4.221.857	9.733.844	20.010	1.530.731
Ensino Fundamental	35.717.948	16.694.171	15.806.726	27.810	3.189.241
Distribuição (%)	100,0	46,7	44,3	0,1	8,9
2004					
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Ensino Fundamental 1ª a 4ª ⁴¹	18.774.128	12.488.071	4.496.152	6.862	1.783.043
Ensino Fundamental 5ª a 8ª	15.238.306	5.472.355	8.199.743	17.771	1.548.437
Ensino Fundamental	34.012.434	17.960.426	12.695.895	24.633	3.331.480
Distribuição (%)	100,0	52,8	37,3	0,1	9,8
Varição Abs. 91-96	3.927.546	2.147.677	1.751.956	-61.972	89.885
Varição Percent. 91-96	13,4	24,5	10,5	-64,9	2,5
Varição Abs. 96-00	2.586.678	5.773.134	-2.662.046	-5.754	-518.656
Varição Percent. 96-00	7,8	52,9	-14,4	-17,1	-14,0
Varição Abs. 00-04	-1.705.514	1.266.255	-3.110.831	-3.177	142.239
Varição. Percent. 00-04	-4,8	7,6	-19,7	-11,4	4,5
Varição Abs - 96-04	881.164	7.039.389	-5.772.877	-8.931	-376.417
Varição Perc. % - 91-04	2,7	64,5	-31,3	-26,6	-10,2
Varição Abs - 91-04	4.808.710	9.187.066	-4.020.921	-70.903	-286.532
Varição Percentual % - 91-04	16,5	104,7	-24,0	-74,2	-7,9

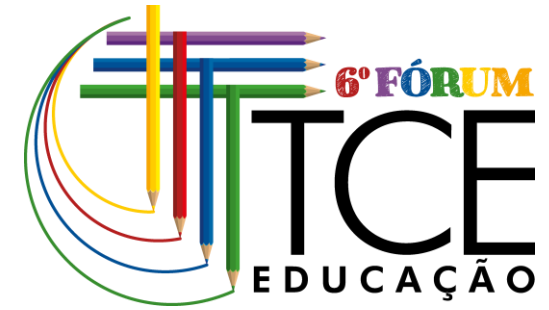
RESULTADOS

Sobral - Matrícula por dependência administrativa



Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção idade série





**Caminhos e estratégias para a boa gestão da
educação e proteção à primeira infância**

Agradeço encarecidamente...

www.tcesc.tc.br